

CIDADES

# Ufes admite cotas este ano

KADIDJA FERNANDES/AT

Caso haja uma decisão até o final de maio, medida pode ser adotada para o VestUfes 2007. Procuradora ainda vai definir se entra com ação

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) admitiu ontem que ainda há tempo para implantar a política de cotas para o vestibular de 2007, realizado no final deste ano. Segundo a assessoria de imprensa da universidade, se a decisão acontecer até o final de maio, ainda será possível publicar o edital de inscrição com as novas regras.

A assessoria ressaltou, no entanto, que não seria o ideal, pois o vestibular é um evento muito grande, que envolve mais de 20 mil candidatos, e as regras precisariam ser bem detalhadas para não haver problemas.

É devido à complexidade do assunto que algumas pessoas não acreditam na possibilidade de implantação do sistema ainda este ano, como o pró-reitor de Graduação, Santinho Ferreira de Souza. Na última quarta-feira, ele havia afirmado que medida só poderia valer para vestibular de 2008.

A procuradora da República do Direito do Cidadão, Luciana Loureiro Oliveira, vai decidir até o final deste mês se o Ministério Público Federal (MPF) vai entrar com uma ação civil pública para garantir a adoção de cotas pela Ufes.

Ela explicou que o MPF está estudando as bases jurídicas para o processo, já que não exis-

te nenhuma lei que obrigue a implantação de cotas nas universidades. O órgão também aguarda informações solicitadas à Ufes sobre todas as propostas já apresentadas.

“Estamos estudando a viabilidade jurídica e prática. Tentaremos terminar os estudos até o final deste mês ou início de maio para entrar com a ação, se for o caso, a tempo de a Ufes implantar as cotas ainda este ano”, disse a procuradora.

Ela afirmou ainda que já teria entrado com a ação se o projeto de lei 73/99 – que pretende reservar metade das vagas das instituições públicas para alunos da rede pública, negros e índios – já tivesse sido aprovado na Câmara Federal.

O projeto da deputada federal Nice Lobão está tramitando no Congresso e pode entrar na pauta na próxima terça-feira.

PESQUISA

Uma pesquisa realizada pelo telejornal **Tribuna Notícias - Primeira Edição**, durante um debate sobre o assunto na edição de ontem, mostrou que 56,84% dos telespectadores são a favor do sistema de cotas e 43,16% são contra. A participação foi grande – 1.088 ligações para o portal da **TV Tribuna**.



Protesto dos estudantes que defendem o sistema de implantação de cotas para negros

A FAVOR X CONTRA



“O NEGRO TEM MENOS CHANCE”

“O que a gente deseja é que a universidade reflita o perfil da sociedade brasileira: 47% são negros, isto é, pretos e pardos. Quando falamos em afro-descendentes, estamos falando em negro.”

Vinte e quatro universidades aprovaram as cotas e as experiências foram positivas. Os jovens brancos não rejeitam o negro que se esforçou para estar lá. A exclusão é característica da discriminação racial. O negro tem menos chance. O branco ganha mais do que o negro, no mesmo cargo e nível de escolaridade.”

Joaquim Beato, presidente da Comissão Pró-Cotas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).



“NÓS SABEMOS PENSAR”

“Sou contra as cotas. Sou contra para a rede pública porque eles vão simplificar o fato de o ensino não ser bom. É uma justificativa para não investir na qualidade que a escola pública deveria ter e não tem.”

Para negro e índio, eu acho um absurdo. É seleção étnica. Nós sabemos pensar. É só querer aprender e ir à luta. O negro não é menos inteligente que o branco. Eu sou uma prova disso. Sou negra e fui aluna de escola pública, me esforcei e hoje sou mestre em Língua Portuguesa e, em breve, vou fazer doutorado. Não precisamos de cotas.”

Rita Dias, professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Estado (Ufes).

PROPOSTAS

- Doze coordenadores de cursos de graduação apresentaram propostas durante a reunião da Câmara de Graduação, na última quarta-feira.
- Duas propostas têm a mesma finalidade da que já foi rejeitada: reserva de 52% de vagas, distribuídas em 26% para negros, 25% para alunos da rede pública e 1% para indígenas.
- Outras seis também estão dentro do modelo pró-cotas, mas com uma distribuição diferenciada, observando questões étnicas e sociais.
- As demais estabelecem outras mudanças no acesso à universidade, mas sempre com uma preocupação de melhorar o modelo atual.
- Um dos aspectos que mais preocupam é a manutenção do estudante dentro da universidade. Não basta, portanto, estabelecer o número de vagas a que terá direito, mas criar condições de infraestrutura para que permaneça, como a melhoria do refeitório, dos laboratórios, da biblioteca.

Fonte: Pró-reitor de Graduação da Ufes, Santinho Ferreira de Souza.

## Universitário recebe alta de hospital Reserva de vagas para mulher

O universitário Juliano Luciano Marinho, 25 anos, que teve a mandíbula quebrada na última quarta-feira com chutes e pontapés dentro da Universidade Federal do Estado (Ufes), durante a manifestação pela criação do sistema de cotas, já está em casa.

Ele foi levado pela viatura da vigilância universitária para o Hospital São Lucas, com o maxilar partido ao meio. Os médicos a princípio informaram que ele ficaria internado por até cinco dias, mas Juliano recebeu alta no mesmo dia.

Os primeiros socorros foram prestados pelo odontólogo bucomaxilar Carlos Timóteo, que informou que o universitário precisaria passar por uma cirurgia.

Mas a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou ontem que ele teve uma recuperação rápida e recebeu alta sem precisar passar por cirurgia. A reportagem de **A Tribuna** procurou o estudante na tarde de ontem, mas o seu celular estava desligado.

Na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), 20% das 2.652 vagas oferecidas no vestibular são para negros que estudaram em escola pública. Mas as mulheres têm prioridade: 60% da cota é para elas.

Isto é, das 530 vagas reservadas para os negros, 318 têm que ser preenchidas por mulheres negras que estudaram na rede pública. A universidade nunca registrou protestos por causa da proposta.

O presidente da Comissão Permanente do Vestibular (Copeve) da Ufal, José Carlos Almeida de Lima, explicou que a sub-cota se baseou em pesquisas que mostraram que as mulheres negras são mais discriminadas do que os homens.

“A pessoa pode ser loira de olho azul, desde de que seja de escola pública e se declare negra. Não é um projeto de fácil execução, mas já fizemos dois vestibulares assim e não registramos nenhum conflito ou protesto, só algumas reclamações isoladas”, disse.

José Carlos contou que, no primeiro ano da mudança, dois alunos chegaram a entrar com liminares na Justiça porque haviam sido reprovados com notas superio-

res às dos aprovados pela cota. No entanto, a Justiça deu ganho de causa para a universidade e os alunos não se matricularam.

“Realmente, a diferença entre as notas é razoável. Em Medicina, o curso mais concorrido, é preciso cerca de 715 pontos para passar. Na cota, consegue entrar quem tirou 640”, admitiu.

A professora e coordenadora dos cursos de graduação da Ufal, Elza Maria Silva, explicou que este ano estão sendo implementadas políticas para o acompanhamento desses alunos – checar seu desempenho e possíveis dificuldades.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) também já aplica o sistema de cotas, mas, para evitar a polêmica, resolveu aumentar a oferta de vagas. As cadeiras extras significam 10% das vagas, que são reservadas para quem se declara negro, pardo ou indígena, desde que tenha estudado em escola pública.

Nos EUA, algumas universidades também vêm adotando o sistema de cotas para homens, já que há cursos em que a presença masculina é mínima.

## Dia de debate no Cefet

Os alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet-ES) vão debater hoje a implantação do sistema de cotas nas universidades e a história do negro no Brasil. Há um mês, alunos do primeiro ano do ensino médio estão reali-

zando trabalhos sobre os temas. O professor de História do Cefet Lúcio Benedito Mauro Barbosa explicou que é a favor das cotas, mas com ressalvas.

“Sou a favor de tudo que vá reparar a situação do negro e diminuir as desigualdades”, afirmou.

## IBGE ADOTA “PRETO”

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em suas pesquisas, considera as seguintes denominações de cor ou raça: branco, amarelo, pardo, preto e indígena. Os termos foram reproduzidos na tabela “As raças na sociedade”, publicada em **A Tribuna** ontem.

A assessoria de imprensa do IBGE explicou que os nomes das raças utilizados em suas pesquisas são os mesmos dados pelos brasileiros durante as entrevistas do último censo, ou seja, quando se autodefinem, eles apontam pretos, e não negros.